



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

171
PC

Recurso de Agravo Regimental na Apelação n. 317.785-5

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Agravado: Danilo Gomes da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. FUNGIBILIDADE. SÚMULA 42 DO TJPE. DPVAT. LEI 11.945/2009. LESÃO CRANIOFACIAL. INVALIDEZ PARCIAL COMPLETA. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. SÚMULA 474 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Tratando-se de recursos com a mesma finalidade, não se trata de erro grosseiro praticado pela parte, razão pela qual aplico o princípio da fungibilidade recursal para receber o agravo regimental como se recurso de agravo fosse. (Súmula 42 do TJPE)
2. No caso em tela, o acidente ensejador da demanda ocorreu em 11/10/2010 incidindo a graduação da invalidez para fins indenizatório, a regra em vigor naquela época é, a Lei nº 6.194/74 com alterações produzidas pelas Leis nº 11.487/2007 e 11.945/2009, em homenagem ao princípio do "tempus regit actum".
3. "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula 474/STJ).
4. De acordo com a tabela anexa a Lei n. 11.945/2009, a lesão de órgão e estrutura craniofacial com prejuízo funcional não compensável é considerada debilidade permanente parcial completa (dano corporal total) e representa um percentual de perda de 100%.
5. Ao contrário do alegado pelo agravante, não há que se falar em enquadramento da debilidade porque restrita as hipóteses de lesão parcial incompleta do art. 3º, § 1º, II da Lei 6.194/74.
6. Recurso não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo Regimental na Apelação n. 317785-5 em que figuram como partes as acima indicadas, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em **negar provimento** ao Agravo regimental, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo Regimental na Apelação n. 317.785-5

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Agravado: Danilo Gomes da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

A **Seguradora Líder** interpôs o presente agravo contra decisão terminativa de fl. 147/147v que negou seguimento ao recurso de apelação interposto nos autos da **ação de cobrança de complemento do seguro obrigatório "DPVAT"**.

Adoto o relatório da decisão terminativa ora agravada, adiante transcrito:

***Danillo da Silva** ajuizou ação de cobrança de complemento de seguro DPVAT contra a **Seguradora Líder**, buscando o complemento da indenização securitária no valor de R\$ 12.150,00, em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 11/10/2010.*

*No momento cuido de apelação cível interposta por **Seguradora Líder** contra sentença prolatada pelo juízo da 29ª Vara Cível da Capital.*

***Sentença (fls. 77/82):** julgou **procedente** o pedido para condenar a Seguradora Líder ao pagamento do complemento da indenização securitária no valor de R\$ 12.150,00, acrescido de correção monetária pela tabela do ENCOGE desde a data da liquidação parcial e juros de mora de 1%, desde a citação, nos termos da Súmula 426 STJ.*

Apelação (fls. 98/108): sem preliminares. No mérito, alega a ausência de documento imprescindível ao exame da questão – laudo do IML, bem como ter realizado o pagamento da indenização com base na sequela residual apurada em perícia administrativa.

Contrarrazões (fls. 134/138): pugna pela manutenção da sentença.

O cerne da questão gira em torno de haver direito ou não a complementação da indenização, por suposta invalidez permanente de lesão de órgãos e estruturas craniofacial para atingir o percentual de 100% do valor máximo indenizável.

Relatado o essencial, passo a decidir.

Nas razões deste recurso (fls. 150/159), a Seguradora Líder defende, em apertada síntese, ser indevido o valor da condenação securitária baseado em invalidez de caráter parcial completo porquanto a documentação demonstra ser uma limitação parcial incompleta, correspondente à limitação dos movimentos bucomaxilares.

Assim, pugna ao final pela reforma total da decisão monocrática para reconhecer a invalidez parcial sofrida pela parte autora.

Diante da previsão contida no art. 254, §1º, do RITJPE, por não exercer o juízo de retratação, coloco o recurso em mesa para julgamento.
É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

169

Recurso de Agravo Regimental na Apelação n. 317.785-5

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Agravado: Danilo Gomes da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Nos termos do disposto no art. 557, §1º, do CPC não exerço qualquer juízo de retratação sobre a decisão terminativa prolatada às fls. 147/147v dos autos da Apelação Cível.

Inicialmente, verifico ter o agravante se socorrido de remédio recursal inadequado, pois, tendo sido proferida decisão terminativa de forma monocrática, por manifesta procedência, nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC, a decisão desafia o recurso de agravo, disciplinado no §1º do mesmo comando legal, e não o agravo regimental.

Contudo, em se tratando de recursos com a mesma finalidade, não se trata de erro grosseiro praticado pela parte, razão pela qual aplico o princípio da fungibilidade recursal para receber o agravo regimental de como se recurso de agravo fosse (Súmula 42 do TJPE).

Feitas estas considerações, passa-se a análise do pleito do agravante.

A Seguradora Líder interpôs o presente agravo contra decisão monocrática, a qual negou seguimento ao recurso de apelação, no sentido de manter a sentença do juízo a *quo* que reconheceu devida a indenização securitária no valor de R\$ 12.150,00, acrescido de correção monetária desde o evento danoso e juros de mora de 1% a partir da citação.

A discussão, portanto, gira em torno do valor da condenação imposta pela complementação da indenização, decorrente da reparação sofrida pelo agravado.

Da simples leitura da decisão recorrida, verifica-se ter sido a indenização fixada de forma proporcional às lesões apresentadas (fls.13/15, fls. 117, 119), referente a trauma cranioencefálico, com sequelas de deglutição, fala e mastigação.

Ademais, a própria perícia da seguradora reconhece à fl 126 sequela de lesões craniofaciais, a qual corresponde a indenização no percentual de 100% do valor máximo da cobertura indenizatória porquanto considerada pela legislação como lesão parcial completa.

Nos termos do art. 3º, § 1º, I da Lei 6.194/74, a perda anatômica ou funcional **será diretamente enquadrada** em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura.

X

Dessa forma, ao contrário do alegado pelo agravante, não há que se falar em enquadramento da debilidade porque restrita as hipóteses de lesão parcial incompleta do art. 3º, § 1º, II da legislação supracitada.

Por essas razões, a decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos, que ora passo a expor:

"Danillo da Silva ajuizou ação de cobrança de complemento de seguro DPVAT contra a **Seguradora Líder**, buscando o complemento da indenização securitária no valor de R\$ 12.150,00, em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 11/10/2010.

No momento cuido de apelação cível interposta por **Seguradora Líder** contra sentença prolatada pelo juízo da 29ª Vara Cível da Capital.

Sentença (fls. 77/82): julgou **procedente** o pedido para condenar a Seguradora Líder ao pagamento do complemento da indenização securitária no valor de R\$ 12.150,00, acrescido de correção monetária pela tabela do ENCOGE desde a data da liquidação parcial e juros de mora de 1%, desde a citação, nos termos da Súmula 426 STJ.

Apelação (fls. 98/108): sem preliminares. No mérito, alega a ausência de documento imprescindível ao exame da questão – laudo do IML, bem como ter realizado o pagamento da indenização com base na sequela residual apurada em perícia administrativa.

Contrarrazões (fls. 134/138): pugna pela manutenção da sentença.

O cerne da questão gira em torno de haver direito ou não a complementação da indenização, por suposta invalidez permanente de lesão de órgãos e estruturas craniofacial para atingir o percentual de 100% do valor máximo indenizável.

Relatado o essencial, passo a decidir.

Para a fixação do quantum indenizatório de seguro DPVAT, nos casos de invalidez permanente, é necessário verificar o grau de invalidez da vítima, se é total ou parcial, e, neste último caso, apurar qual o percentual do dano causado ao autor.

A Lei nº 6.194/74 diferencia o grau de invalidez ao dispor que, em caso de invalidez permanente, o valor indenizatório a ser alcançado corresponderá a até quarenta vezes o maior salário mínimo vigente no país ou **até R\$. 13.500,00**.

Essa questão, inclusive, já se encontra sumulada pelo STJ. Confira, *in verbis*:

"Súmula 474/STJ: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

No caso em tela, o acidente ensejador da demanda ocorreu em **11/10/2010**. A regra em vigor àquela época é, portanto, a Lei nº 6.194/74, com as alterações produzidas pelas Leis 11.482/2007 e 11.945/2009, em homenagem ao princípio do "*tempus regit actum*".

Assim, de acordo com a Lei vigente à época do sinistro, a cobertura do seguro DPVAT é devida no montante de até R\$ 13.500,00.

Em que pese o autor não apresentar laudo do IML, por ausência em seu domicílio, apresentou fichas de atendimentos do Hospital da Restauração (fls. 13/15), os quais demonstram ser o apelado portador de trauma de face com CID 102 (afecções inflamatórias dos maxilares) e laudo de cirurgião bucomaxilar atestando a limitação da abertura bucal de causa muscular, déficit de deglutição, déficit em falar e dor ao mastigar (fl. 117).

Assim, de acordo com a Lei vigente à época do sinistro, a cobertura do seguro DPVAT é devida no montante de até R\$ 13.500,00.

Em que pese o autor não apresentar laudo do IML, por ausência em seu domicílio, apresentou fichas de atendimentos do Hospital da Restauração (fls. 13/15), os quais demonstram ser o apelado portador de trauma de face com CID 102 (afecções inflamatórias dos maxilares) e laudo de cirurgião bucomaxilar atestando a limitação da abertura bucal de causa muscular, déficit de deglutição, déficit em falar e dor ao mastigar (fl. 117).

Ora, a própria Seguradora reconheceu ser o apelado portador de seqüela craniofacial (fl. 126) e nesses casos, dispõe o art. 3º, § 1º, inciso I da Lei 6.194/74, o enquadramento será diretamente em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela, correspondendo à indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura.

Isso porque, de acordo com a tabela anexa a Lei n. 11.945/2009, a lesão de órgão e estrutura craniofacial com prejuízo funcional não compensável é considerada debilidade permanente parcial completa (dano corporal total) e representa um percentual de perda de 100%.

Dessa forma, não é o caso de se aplicar o enquadramento da repercussão (severa, média, baixa e residual) porquanto sua aplicação é restrita aos casos de invalidez parcial incompleta.

Assim entendido, a sentença deve ser mantida em todos os seus termos.

Ante o exposto, **NEGO SEGUIMENTO** ao recurso em tela, por manifesta improcedência, com fulcro no Art. 557, *caput*, do CPC.


Publique-se.'

Dessa forma, não há razão para ser reformada a decisão terminativa.

Em face do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente agravo, mantendo a decisão terminativa em todos os seus termos.

É o voto.

Recife,

29.1.14


EDUARDO SERTÓRIO CANTO
Desembargador Relator